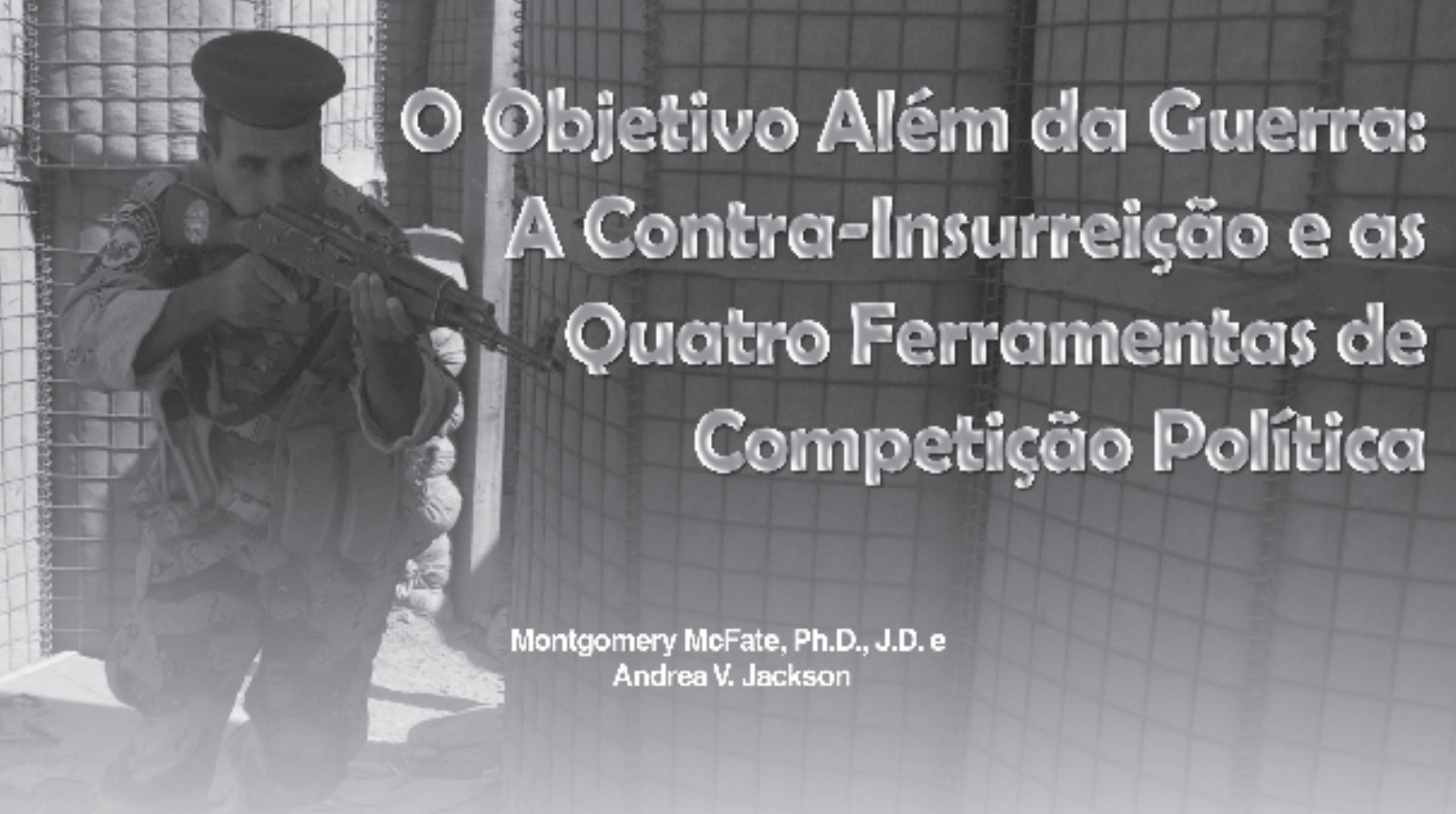

O Objetivo Além da Guerra: A Contra-Insurreição e as Quatro Ferramentas de Competição Política

Montgomery McFate, Ph.D., J.D. e
Andrea V. Jackson

O Estado é uma relação de homens dominando homens, um relacionamento apoiado por meios de violência legítima (isto é, considerada legítima). Se for para o Estado existir, os dominados devem obedecer à alegada autoridade dos poderes vigentes. Quando e por que os homens obedecem? Baseados em que justificativas interiores e em que meios externos se baseia este domínio?

— Max Weber [1]

EM 1918, MAX Weber, o pai da sociologia moderna, fez estas perguntas; as respostas revelam a chave para se conduzir eficientes operações de contra-insurreição. No sentido mais básico, uma insurreição é uma competição pelo poder. Segundo o General Britânico Frank Kitson, "Não pode haver uma solução puramente militar, porque uma insurreição não é primariamente uma atividade militar."[2] O Anteprojeto do Manual de Campanha dos Estados Unidos, *FM* 3-07.22, *Operações de Contra-Insurreição*, define insurreição como "um movimento organizado para derrubar um governo estabelecido, empregando a subversão e o conflito armado. É uma luta político-militar demorada, designada para enfraquecer a legitimidade e o controle governamental e ao mesmo tempo aumentar o controle insurrecional. *O poder político é o tema central em uma insurreição*" (ênfase acrescentado)[3].

Em qualquer luta pelo poder político há um número limitado de ferramentas que podem ser usadas para induzir os homens a obedecerem. Essas ferramentas são a força coerciva, os incentivos e desincentivos econômicos, a legitimação ideológica, e a autoridade tradicional.[4] Essas ferramentas estão igualmente disponíveis às forças insurrecionais e contra-insurrecionais. Do ponto de vista da população, nenhum dos lados tem uma vantagem explícita ou imediata na batalha pelos corações e mentes. A população civil apoiará o lado que melhor lhe convier. A consideração com o benefício ou vantagem próprios é a base para o comportamento em todas as sociedades, independente de religião, classe, ou cultura. Os iraquianos, por exemplo, decidirão apoiar a insurreição ou as forças governamentais baseados em um cálculo sobre qual lado *em média* satisfaz melhor as suas necessidades por segurança física, bem-estar econômico e identidade social.

O objetivo central das operações de contra-insurreição é ultrapassar o adversário no uso eficaz dessas quatro ferramentas. De acordo com o General Britânico Richard Simpkin, "Forças Armadas regulares necessitam fazer mais do que simplesmente conhecer a fundo manobras de guerra de alta intensidade entre forças poderosas e bem equipadas. Elas têm que ir um passo adiante e se estruturarem, se equiparem e se adestrarem

para empregar técnicas de guerra revolucionárias para vencer a oposição no seu próprio jogo e no seu próprio campo."[5] Vencer a oposição requer que as forças de contra-insurreição façam com que a população civil tenha interesse em apoiar o governo. Como? Para ganhar esse apoio, os contra-insurretos devem ter a capacidade de seletivamente proporcionarem segurança ou removê-la. As forças de contra-insurreição devem tornar-se os árbitros do bem-estar econômico pelo fornecimento ou retirada de mercadorias, serviços e renda. As forças de contra-insurreição devem desenvolver e disseminar estórias, símbolos e mensagens que ressoem com o sistema cultural preexistente da população ou que contrariem aqueles da oposição. E, finalmente, os contra-insurretos devem cooptar os líderes tradicionais existentes, cuja autoridade pode aumentar a legitimidade do governo ou prevenir a oposição de cooptá-los.

Para usar as ferramentas de competição política eficazmente, a cultura e a sociedade do grupo insurrecional devem ser entendidas completamente. Julian Paget, um dos principais peritos no assunto, escreveu em 1967 que "todo esforço deve ser feito para conhecer o inimigo antes de a insurreição começar."[6] Para cada grupo social-chave, as forças de contra-insurreição devem ser capazes de identificar o montante de segurança que o grupo tem e onde consegue esta segurança, o nível de renda e serviços que o grupo tem e onde consegue esta renda, as ideologias e estórias que ressoam com o grupo e os meios pelos quais eles se comunicam, e os líderes tradicionais legítimos e os seus interesses.

Na maioria das operações de contra-insurreição desde 1945, os insurretos retiveram a distinta vantagem em seu nível de conhecimento local. Eles falam a língua, movimentam-se facilmente dentro da sociedade em questão, e entendem melhor os interesses da população. Dessa forma, a contra-insurreição eficaz requer um salto de imaginação e uma habilidade peculiar não encontrada na guerra convencional. Jean Larteguy, ao escrever sobre as operações francesas na Indochina e na Argélia, observou: "Para fazer guerra, você sempre precisa pôr-se no lugar do outro homem…, comer o que eles comem, dormir com as mulheres deles e ler os seus livros."[7] Essencialmente, a contra-insurreição eficaz requer que as forças estatais espelhem o seu adversário.[8]

As campanhas de contra-insurreição passadas oferecem várias lições sobre como conduzir (e como não conduzir) uma contra-insurreição usando as quatro ferramentas de competição política. Essas lições têm potencial relevância para as atuais operações no Iraque.

A Força Coerciva

Em seu discurso de 1918 "A Política como uma Vocação (Politik als Beruf)", Max Weber afirmou que o estado deve ser caracterizado pelos meios que ele, e somente ele, tem ao seu dispor: "Um estado é uma comunidade humana que (com êxito) alega o monopólio do legítimo uso da força física dentro de um dado território".[9] Enquanto a mais direta fonte de força política de qualquer estado é a coerção, ou o direito de usar ou de ameaçar usar a força física, este não é necessariamente o meio mais eficaz de governar. Os governos (tais como os regimes totalitários) que baseiam o seu poder puramente na coerção jogam um jogo perigoso, porque os cidadãos que são o objeto desse poder ilimitado freqüentemente vêem-no como ilegítimo e estão freqüentemente dispostos a engajar em atos de resistência contra o estado.

Por outro lado, a governança legítima implica em uma relação recíproca entre a autoridade central e os cidadãos. Para ser considerado legítimo pela população, o governo deve monopolizar as forças coercivas dentro de seus parâmetros territoriais para proporcionar aos seus cidadãos a mais básica necessidade humana — a segurança.[10] Quando o estado deixa de proporcionar segurança aos seus cidadãos ou torna-se uma ameaça para eles, deixa de cumprir o contrato implícito de governo. Em certas circunstâncias, os cidadãos podem então buscar garantias de alternativas de segurança na forma de alianças étnicas ou políticas com um grupo engajado numa luta armada contra uma autoridade central.[11] Em alguns casos, esta luta pode transformar-se em uma verdadeira insurreição.

A legitimidade do governo torna-se o alvo que é o centro de gravidade durante uma insurreição. Isto quer dizer que os insurretos tentarão demonstrar que o estado não pode garantir segurança dentro de seu território. O "objetivo central de uma insurreição não é derrotar as forças armadas, mas subverter ou destruir a legitimidade do governo, sua habilidade e direito moral de

Departamento de Estado

A segurança é primordial: soldados de Infantaria da 172ª Brigada Stryker*, patrulhando as ruas de Mosul, janeiro de 2006.*

governar."[12] Os insurretos têm a vantagem natural nesse jogo, porque suas ações não são restringidas por leis sistematizadas. Todavia, os estados devem não apenas evitar os maus procedimentos, mas também qualquer aparência de maus procedimentos, que possam debilitar a sua legitimidade na comunidade. Thomas Mockaitis enfatiza: "Em uma contra-insurreição, uma atrocidade não é necessariamente o que alguém faz, mas o sucesso com que alguém recebe a culpa por alguma coisa".[13] Durante uma insurreição, há três maneiras de conservar a legitimidade do estado: usar força proporcional, usar a força com precisão, e proporcionar segurança para a população civil.

A força proporcional. Ao responderem a uma insurreição, os estados naturalmente tendem a empregar a arma mais convenientemente ao seu dispor — a força coerciva. A maioria dos estados enfoca sua doutrina, treinamento e planejamento militares em grandes operações de combate como uma competência estrutural, deixando-os frequentemente despreparados para operações de contra-insurreição. Desde 1923, por exemplo, a doutrina central da estratégia de guerra dos Estados Unidos tem sido que forças esmagadoras empregadas contra um estado igualmente poderoso resultará em vitória militar.[14] Contudo, em uma contra-insurreição, "vencer" através da força esmagadora é frequentemente inaplicável como um conceito, e problemático como um objetivo. Freqüentemente, a aplicação de força esmagadora tem um efeito negativo e não intencional de fortalecer a insurreição pela criação de mártires, do aumento do recrutamento e de demonstrações de brutalidade das forças estatais. Por exemplo, em maio de 1945 a população muçulmana de Sétif, na Argélia, rebelou-se e matou 103 europeus. Sob o comando do governo colonial francês da Argélia, o General Raymond-Francis Duval indiscriminadamente matou em represália milhares de argelinos inocentes em Sétif e nos seus arredores. O nascente movimento de libertação argelina aproveitou-se da barbaridade da resposta francesa, despertando uma população que estava, em sua maioria, politicamente adormecida. "Sétif!" tornou-se um grito de incitamento da insurreição argelina, uma insurreição que causou 83.441

baixas francesas e a retirada final das forças francesas da Argélia independente.[15] Como esse exemplo indica, as considerações políticas devem restringir as ações militares como uma questão fundamental de estratégia.[16]

Porque as instituições militares estatais adestram-se, organizam-se e equipam-se para lutarem em guerras contra outros estados, elas têm a tendência natural de interpretar mal a natureza do adversário durante as contra-insurreições. Charles Townsend observou: "Se a natureza da força desafiadora é mal interpretada, então a contra-aplicação da força vai provavelmente ser errada."[17] Esse equívoco pode resultar em um uso de força apropriada contra o exército de um outro estado, mas pode ser contraproducente quando usado contra um grupo insurrecional. Por exemplo, o Exército Republicano Irlandês (*IRA*) historicamente viu-se como um "exército" e analisava suas atividades como uma "guerra" contra a ocupação britânica. Dessa forma, quaisquer ações britânicas que subentendiam que o conflito era uma guerra proporcionavam propaganda efetiva para o Exército Republicano Irlandês. Segundo o Registro da Rebelião na Irlanda em 1920-21, "o reconhecimento [pelas autoridades militares] de que o Exército Republicano Irlandês é uma entidade beligerante pode significar o reconhecimento pelo Governo Imperial de uma República Irlandesa".[18] Identificar o conflito como uma guerra teria legitimado o Sinn Fein e ameaçado a legitimidade política do Governo Britânico e da União. Como Lloyd George disse em abril de 1920: "Não se declara guerra contra rebeldes."[19]

O uso de força excessiva pode não apenas legitimar o grupo insurrecional, mas também fazer com que o estado perca a legitimidade sob os olhos da população civil. Por exemplo, em Londonderry, na Irlanda do Norte, no dia 30 de Janeiro de 1972, o Regimento Pára-quedista do Exército Britânico prendeu demonstradores que participavam de uma marcha ilegal contra o internamento. Acreditando que estavam sendo atacados, os soldados abriram fogo em uma multidão de demonstradores de direitos civis. De acordo com um sargento que testemunhou o desastre, "bombas de ácido em garrafas estavam sendo atiradas do topo dos apartamentos e dois de nossos camaradas ficaram seriamente queimados... Estava muito movimentado, muito caótico... Pessoas corriam e gritavam em todas as direções".[20] Os soldados reagiram contra os desordeiros como se estes fossem um exército inimigo. Segundo um observador do exército britânico, "os pára-quedistas são treinados para reagirem rápida e agressivamente. Naquele dia, durante todo o percurso, eles estiveram esperando ter que lutar... Naquelas condições de rua é muito difícil dizer de onde veio um tiro. Aquela fração, com toda a franqueza, perdeu o controle. Pelo amor de Deus, você podia ouvir o comandante bradando para que eles parassem de atirar, e somente atirarem quando estivessem apontando para um alvo."[21] Como resultado do exagero em Londonderry, conhecido como O Domingo Sangrento, o Exército Republicano Irlandês ficou sendo visto como legítimo protetor de sua comunidade. O Exército Britânico, por outro lado, tornou-se um alvo das pessoas que pretendia proteger. Para o governo reter legitimidade, a população deve acreditar que as forças estatais estão melhorando e não enfraquecendo a sua segurança.

A força aplicada com precisão. Existe um relacionamento direto entre o uso apropriado de força e uma contra-insurreição bem-sucedida. Um corolário desta regra é que a força deve ser aplicada com precisão. De acordo com o Coronel do Exército Britânico Michael Dewar, a contra-insurreição "opera por meio de táticas precisas. Duas semanas esperando em uma emboscada e uma morte como resultado é muito melhor do que bombear uma vila até ela ficar plana."[22] A força deve ser aplicada precisamente para que funcione como desincentivo para a atividade insurrecional. Se o estado ameaçar indivíduos pela aplicação imprecisa de força, a insurreição pode começar a parecer mais atraente como um proporcionador de segurança.

Certos comandantes militares superiores dos Estados Unidos no Vietnã entendiam a necessidade da aplicação precisa da potência de fogo, embora nunca tenham implementado o seu uso. Quando o General Harold K. Johnson tornou-se o Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, ele propôs um enfoque para a guerra no Vietnã radicalmente oposto a abordagem baseada no desgaste e na contagem de corpos do General William Westmoreland. Durante as suas primeiras viagens ao Vietnã, Johnson ficou perturbado pelo enorme poder de fogo que estava sendo lançado em todas

as direções, do qual somente seis por cento era realmente observado.[23] Em 1965, Johnson comissionou um estudo intitulado "Um Programa para a Pacificação e o Desenvolvimento a Longo-Prazo do Vietnã"[24] O estudo foi esboçado por 10 oficiais com diversos antecedentes, incluindo o Coronel Don Marshall, um antropólogo cultural por treinamento, que mais tarde gerenciou o Programa de Longo Alcance do General Creighton Abrams.[25] O Programa para a Pacificação e Desenvolvimento a Longo-Prazo do Vietnã examinou cuidadosamente as conseqüências não intencionais do poder de fogo indiscriminado e concluiu que "os ataques aéreos e tiros de artilharia aplicados indiscriminadamente também exerceram um papel nas lealdades das aldeias."[26] As operações tencionadas a proteger os habitantes das aldeias tiveram um resultado oposto prejudicando-os e alienando-os. Johnson tomou nota da nova regra a ser aplicada a este tipo de guerra: "A destruição é aplicada somente ao ponto necessário para alcançar controle e, dessa maneira, pela sua natureza, deve ser criteriosa."[27]

O Programa para a Pacificação e o Desenvolvimento a Longo-Prazo do Vietnã tem implicações no Iraque. O foco principal das Forças Multinacionais-Iraque (*MNF-I*) tem sido a destruição das redes insurrecionais e terroristas. Pela falta de informações de qualidade sobre a identidade dos insurretos, as Forças Multinacionais-Iraque têm-se engajado em ataques de surpresa em vizinhanças onde suspeitam estar os esconderijos de armas. Estes ataques de surpresa sem alvo próprio têm um efeito negativo, não intencional na população civil. Um jovem iraquiano imam disse: "Há ataques demais. Há helicópteros voando a baixa altitude em demasia à noite. Antes, as pessoas queriam ir para a América. Agora eles nunca mais querem ver americanos. Eles não querem ver mais nenhum soldado. Eles odeiam todos os militares nas suas áreas."[28] Para evitar ressentimentos que podem fomentar uma insurreição, a força coerciva deve ser aplicada com precisão e exatidão. Cada uso da força deve ser precedido pelas perguntas: A ação está eliminando ou criando mais insurretos? O benefício desta ação vale mais do que o custo potencial que pode causar à segurança se criar mais insurretos?

Proporcionando segurança. Uma função essencial do estado é proporcionar segurança para os cidadãos dentro do seu território. A segurança é a condicionante mais fundamental de apoio civil ao governo. Com respeito ao Vietnã, Charles Simpson observou que a motivação que produz o único efeito de longo prazo é a consideração elementar de sobrevivência. Os camponeses apoiarão as guerrilhas se estiverem convencidos de que, se não o fizerem, sofrerão a morte ou punição brutal. Eles apoiarão o governo se e quando estiverem convencidos de que este lhes oferece uma vida melhor, e de que pode protegê-los e os protegerá para sempre contra as guerrilhas.[29]

Departamento de Defesa

A aplicação imprecisa da força: Jatos dos Estados Unidos bombardeiam com napalm áreas suspeitas de abrigar Viet Cong no sul de Saigon, em 1965.

Para contrabalancear uma insurreição, o governo deve estabelecer (ou restabelecer) segurança física para seus cidadãos. Estabelecer segurança física para seus cidadãos foi a base de uma estratégia de enclave de defesa, também conhecida como a estratégia da "mancha de petróleo", defendida pelo General Lewis W. Walt, General James Gravin, Embaixador Maxwell Taylor e outras autoridades durante a Guerra do Vietnã. Em um recente artigo publicado na *Foreign Affairs,* Andrew Krepinevich reafirma esta abordagem: "Em vez de se concentrar em matar insurretos, as Forças da Coalizão deveriam concentrar-se em proporcionar segurança" para a população civil.[30]

Tal abordagem é difícil de ser cumprida devido aos requisitos de estruturação da força e porque usar soldados como policiais entra em conflito com o código operacional militar. Westmoreland, por exemplo, acabou rejeitando a estratégia da

mancha de petróleo porque "os fuzileiros navais deviam estar tentando encontrar as forças principais do inimigo e trazê-las para o combate", uma atividade que é presumivelmente mais marcial do que tomar chá com os moradores das vilas.[31]

Para evitar ressentimentos que podem fomentar a insurreição, força coerciva deve ser aplicada com precisão e exatidão. Cada uso da força deve ser precedido pelas perguntas: A ação está criando mais insurretos do que está eliminando? O benefício desta ação pesa mais do que o custo potencial que pode causar à segurança se criar mais insurretos?

Tal estratégia também é difícil de conceber e implementar porque a maioria dos americanos vive em comunidades com policiamento eficaz e não pode imaginar um mundo sem garantias de segurança. O comandante do 101° Batalhão Aeroterrestre observou: "Estabelecer um ambiente seguro para os civis, livre de ameaças arbitrárias de ter a sua propriedade pessoal desapropriada por um homem com uma arma, deveria ser a tarefa principal de contra-insurreição. Mas nós não a percebemos porque ela é uma parte tão intrínseca do nosso contrato social — não é uma premissa que debatemos, porque nós somos na maioria garotos suburbanos."[32]

Há três maneiras de proporcionar segurança para os civis em uma contra-insurreição: forças locais nativas trabalhando com forças militares regulares, policiamento comunitário e apoio direto. No Vietnã, o Programa de Ação Combinada do Corpo dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos foi altamente eficiente em proporcionar segurança aos civis pelo uso de forças locais e nativas e também de forças militares regulares. Em cada unidade do Programa de Ação Combinada, um grupo de combate dos fuzileiros navais era ligado a um pelotão de forças Vietnamitas locais. Usando uma aldeia local como base, as unidades americanas do Programa de Ação Combinada treinaram, patrulharam, defenderam e conviveram com forças nativas, impedindo que as guerrilhas obtivessem alimentos, inteligência e refúgio nas cidades e aldeias locais. Além de proporcionar inteligência valiosa sobre a atividade inimiga, as unidades do Programa de Ação Combinada foram responsáveis por 7,6% dos inimigos mortos enquanto representaram apenas 1,5% dos fuzileiros navais mortos no Vietnã.[33] Na Malaia, sob o Plano *Briggs*, a administração britânica substituiu soldados por policiais civis que ganharam a confiança da comunidade estabelecendo relacionamentos de longo-prazo. Os britânicos também desenvolveram uma campanha de informação para retratar os policiais como servidores civis, cujo trabalho era proteger a população civil. Em 1953, estes esforços reduziram a violência e aumentaram a confiança no governo.[34]

Durante 2003, a 101ª Divisão Aeroterrestre proporcionou segurança para a população civil de Mosul. Com mais de 20.000 soldados, a força dos EUA na Província de Nineveh tinha excelente elementos de assuntos civis, patrulhamento e reação rápida. Como o maior empregador do norte do Iraque a 101ª Divisão Aeroterrestre era uma força poderosa para manter a ordem na comunidade.[35]

A Coalizão designou a polícia iraquiana como a força principal para proporcionar segurança para os cidadãos iraquianos. Apesar de vigorosos esforços de recrutamento e treinamento, eles não foram eficientes em providenciar segurança para a população. Até agosto de 2005, a cidade de Hit, com uma população de mais de 130.000, não tinha nenhuma força policial.[36] Os iraquianos entrevistados entre novembro de 2003 e agosto de 2005 indicaram que segurança e crime, especificamente seqüestro e assalto, continuavam sendo a sua maior preocupação.[37] Em muitas cidades iraquianas, mulheres e crianças não podem caminhar nas ruas por medo de seqüestros ou ataques. Incidentes como pequenos acidentes de trânsito podem potencialmente escalar em violência letal. Em muitas cidades, a polícia patrulha somente durante o dia, com o apoio do Exército Iraquiano ou das Forças da Coalizão, deixando que as milícias e os insurgentes assumam o controle à noite. Os residentes vêem a polícia mais como um meio de legitimar atividades ilegais do que como uma fonte de segurança: policiais costumeiramente

aceitam suborno para ignorar contrabando (do Irã e da Turquia), atividades no Mercado Negro, seqüestros e assassinatos. Por um determinado preço, a maioria dos policiais prende um homem inocente. Por um preço mais alto, eles entregam alguém como um insurreto suspeito para a Coalizão. Em agosto de 2005 em Mosul, um oficial americano informou que um prisioneiro pode pagar de 5.000 a 10.000 dólares como suborno para sair da custódia da polícia.[38]

Na maioria das áreas do país, as milícias locais preexistentes e as unidades provisórias formam a essência das forças policiais locais. Estas unidades tendem a ser dominadas em massa por um único grupo étnico-religioso ou tribal, o qual freqüentemente desperta a animosidade das populações locais de grupos diferentes. Muitas destas forças usam livremente as estruturas oficiais estatais para servirem aos seus próprios interesses. Um oficial militar americano, descrevendo a polícia árabe sunita do leste de Mosul (90% dos quais são da tribo de Al Jaburi) disse: "Eu não sei se isso significa que a polícia representa paz e segurança ou se representa a sua própria sobrevivência e poder."[39]

Em algumas áreas do país, as milícias que agem em seu próprio interesse e que previamente engajaram em atividades insurrecionais contra o regime de Saddam Hussein, agora proporcionam serviços de segurança questionáveis para a população. Algumas, como a Brigada Badr ou os Peshmerga, foram integrados na nova Força de Segurança Iraquiana.[40] Em outras áreas, o Ministério do Interior dispõe de Batalhões de Ordem Pública para manter o controle governamental. Com a intenção de reforçar a polícia durante perturbações de ordem pública em grande escala, estas unidades não são treinadas para proporcionar serviços policiais e têm se excedido ao aplicarem a força coerciva. Em Falluja, o Batalhão de Ordem Pública atualmente funciona como uma verdadeira milícia xiita, extorquindo proprietários de negócios, desonrando mulheres e atacando casas indiscriminadamente.[41] De acordo com um oficial do Corpo dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, usar polícia xiita em áreas predominantemente sunitas aumenta o ressentimento entre a população: "Nós temos tido problemas. Há choques culturais inevitáveis".[42]

A falha do estado em proporcionar segurança pode fazer com que os cidadãos aceitem garantias de segurança alternativas de atores não-estatais, o qual pode ser um grande fomentador da insurreição.[43] Por exemplo, a falha britânica de proporcionar segurança para comunidades republicanas no norte da Irlanda durante ataques dos legalistas em 1968 resultou na nova emergência do Exército Republicano Irlandês como uma organização paramilitar e a apropriação de certas funções policiais em suas comunidades. A mesma dinâmica aconteceu no Iraque. De acordo com um insurgente iraquiano, a falha das Forças dos Estados Unidos em proporcionar segurança motivaram-no a usar armas: "Meus colegas e eu esperamos para decidir se devíamos ou não lutar até que nós vimos como eles agiam. Eles deviam ter vindo e simplesmente nos dado comida e alguma segurança... Foi então que eu percebi que eles tinham vindo como ocupadores e não libertadores. Então eu e meus colegas votamos para lutar que a luta continuasse".[44]

"Meus colegas e eu esperamos para decidir se devíamos ou não lutar até que vimos como eles agiam. Eles deviam ter vindo e simplesmente nos dado comida e alguma segurança... Foi então que eu percebi que eles tinham vindo como ocupadores e não libertadores, e eu e meus colegas então votamos para que a luta continuasse."

Em algumas áreas do Iraque, grupos insurgentes e milícias se estabeleceram como árbitros extra-governamentais da segurança física da população e agora representam um desafio contra o monopólio estatal de força coerciva. Por exemplo, o Exército Mehdi de Muqtada al Sadr é o único provedor de segurança para a população de Sadr City, um distrito de Bagdá com uma população estimada de dois milhões de habitantes.[45] In Haditha, os mujahideen Ansar al Sunna e Tawhid

al-Jihad governam a cidade, fazem cumprir uma interpretação estrita da lei islâmica no seu sistema jurídico e usam milícias para proporcionar ordem. Se os residentes de Haditha seguem as regras, eles recebem 24 horas de acesso à eletricidade e podem andar pelas ruas sem medo das ações criminosas. Se eles desobedecem, as punições são extremamente duras, tais como 190 chibatadas em caso de adultério.[46] Na cidade fronteiriça de Qaim, os seguidores de Abu Musab Zarqawi assumiram o controle no dia 5 de setembro de 2005 e começaram a patrulhar as ruas, matando aqueles que colaboram com os americanos e fazendo cumprir a lei islâmica. O xeque Nawaf Mahallawi percebeu que se as Forças da Coalizão não pudessem proporcionar segurança para a população local, seria insano os membros das tribos locais atacarem os seguidores de Zarqawi, até mesmo disparando um só projétil contra eles..."[47]

Até que a Coalizão possa proporcionar segurança, os iraquianos manterão afiliações com outros grupos para protegerem a si e a suas famílias. Se eles temerem represália e violência, poucos iraquianos estarão dispostos a trabalhar para a Coalizão como tradutores, juntarem-se às Forças de Segurança Iraquianas, participarem de governos locais, iniciarem projetos de reconstrução ou fornecerem informações sobre insurretos e operações terroristas. De acordo com um policial iraquiano, "as pessoas têm medo de nos fornecer informações sobre os terroristas porque há muitos deles aqui. E quando nós sairmos, os terroristas voltarão e irão matá-las".[48] Atualmente, a cooperação com a Coalizão não melhora a segurança individual nem familiar e pode até mesmo debilitá-la. Para os civis iraquianos, fornecer informações sobre outros iraquianos pode eliminar inimigos e competidores econômicos, mas informar sobre os verdadeiros insurretos pode provavelmente resultar no assassinato do informante e de sua família.[49] Em todo o Iraque, tradutores trabalhando com os americanos aparecem mortos regularmente. Membros da câmara da cidade e policiais de mais alto grau são assassinados. Estes fortes desincentivos de segurança para a cooperação com a Coalizão e com o Governo Iraquiano têm um efeito negativo conjunto. Os iraquianos têm pouco incentivo para fornecer informações para a Coalizão e a falta de inteligência dificulta a exata designação do alvo insurrecional. Para desenvolver inteligência, as Forças da Coalizão conduzem varreduras e incursões em vizinhanças suspeitas. As varreduras enfraquecem o apoio público para a Coalizão e seus parceiros iraquianos, criando ainda mais desincentivo para a cooperação.

A Ideologia

Kitson, no seu livro *Low Intensity Operations: Subversion, Insurgency, and Peacekeeping* (As Operações de Baixa Intensidade: Subversão, Insurreição e a Manutenção da Paz), destaca que a violência é motivada pelas idéias: "A característica principal que distingue as campanhas insurrecionais de outras formas de guerra é que elas estão preocupadas principalmente com a luta pela mente dos homens."[50] As insurreições lutam não só pelo poder, como também por uma idéia, seja o islamismo, o marxismo, ou o nacionalismo. De acordo com o General Charles C. Krulak, do Corpo dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, para combater "você precisa de uma idéia melhor. Balas ajudam a limpar uma área operacional.... mas não vencem a guerra.".[51]

Para civis iraquianos, fornecer informações sobre outros iraquianos pode eliminar inimigos e competidores econômicos, mas fornecer informações sobre verdadeiros insurretos pode provavelmente resultar no assassinato do informante e de sua família.

Embora as idéias convincentes não sejam garantias de vitória, a habilidade de influenciar a ideologia é uma ferramenta importante em uma contra-insurreição. Movimentos em massa de todos os tipos, incluindo insurreições, juntam recrutas e acumulam apoio popular por intermédio do apelo ideológico. Os indivíduos concordam com as ideologias que articulam e tornam compreensíveis as razões fundamentais porque os interesses práticos e materiais permanecem insatisfeitos. Os recrutas são freqüentemente

homens jovens cujas ambições foram frustradas e que são incapazes de melhorar sua (e de sua comunidade) sorte na vida.[52] Um movimento de massa oferece um refúgio "contra as ansiedades, o vazio e a falta de sentido das suas existências individuais, libertando-os de sua auto-ineficácia — e faz isso ao envolvê-los em uma associação exultante e fielmente unida."[53] O grupo insurrecional lhes proporciona identidade, propósito e comunidade, além de segurança física, econômica e psicológica. A ideologia do movimento clarifica suas tribulações e proporciona uma alternativa para remediar estes males.

O mecanismo central pelas quais as ideologias são expressas e absorvidas é a narrativa. Uma narrativa cultural é um "esquema organizacional expressado na forma de estória."[54] Elas são essenciais para representar a identidade, particularmente a coletiva de grupos, tais como religiões, nações e culturas. As estórias sobre a história de uma comunidade proporcionam modelos de como as ações e conseqüências são ligadas e freqüentemente são as bases para estratégias, ações e interpretação das intenções de outros atores. D.E. Polkinghorne diz: "A narrativa é a estrutura de discurso na qual a ação humana recebe a sua forma e através da qual ela faz sentido."[55]

As organizações insurrecionais têm usado eficientemente as narrativas para desenvolverem a legitimação de ideologias. Por exemplo, em *Terror's Mask: Insurgency Within Islam* (A Máscara do Terror: Insurreição dentro do Islã), Michael Vlahos identifica a estrutura e a função da narrativa jihadista.[56] Segundo Vlahos, a autorepresentação de Osama Bin-Laden como um homem purificado nas montanhas do Afeganistão, que começa a converter seguidores e a punir infiéis, ressoa fortemente com a figura histórica de Maomé. Na imaginação coletiva de Bin-Laden e seus seguidores, a história islâmica é uma estória sobre o declínio do *umma* (a comunidade mundial de muçulmanos) e o inevitável triunfo contra o imperialismo ocidental. É apenas por meio do jihad que o islã pode ser renovado, tanto política quanto teologicamente. A narrativa jihadista é expressa e apropriada através da linguagem sagrada da poesia heróica mística e de revelações proporcionadas através de sonhos. Porque o "ato de lutar por si próprio é um triunfo, unindo-os a Deus e ao Rio do Islã..., não há derrota para eles da forma como nós a conhecemos."[57] Assim, as narrativas têm o poder de transformar a realidade: a lógica de uma narrativa isola aqueles que a absorveram da falha mundana, prometendo aos seguidores vitória monumental e inevitável.[58]

Para empregar (ou combater) eficazmente uma ideologia, as narrativas culturais do grupo e da sociedade insurrecionais têm que ser entendidas. William Casebeer mostra que "o entendimento das narrativas que influenciam a origem, o crescimento, a maturidade e a transformação das organizações terroristas nos capacitará a melhor amoldar uma estratégia para enfraquecer a eficiência destas narrativas, de maneira a deter, desorganizar e derrotar grupos terroristas."[59]

Os grupos insurrecionais geraram e difundiram crenças que enfraquecem a Coalizão. Duas dessas noções são as de que a Coalizão pretende apropriar-se das reservas naturais do Iraque e que a América quer destruir o Islamismo.

Por outro lado, o mal entendimento da narrativa cultural de um adversário pode resultar em péssimas decisões políticas. Por exemplo, os Vietnamitas vêem a sua história como uma oposição armada contínua contra as invasões no interesse de sua soberania nacional, começando com os Chineses Song do século XI, os Mongóis do século XIII, os chineses Ming do século XV, os japoneses durante a Segunda Guerra Mundial e os franceses, que foram finalmente derrotados em Dien Bien Phu no dia 7 de maio de 1954.

Depois de estabelecer a Liga pela Independência Vietnamita, melhor conhecida como Viet Minh, Ho Chi Minh escreveu: "A libertação nacional é o problema mais importante... Nós derrubaremos os japoneses e os franceses e seus chacais de maneira a salvar as pessoas da situação entre a água fervendo e o calor escaldante."[60] Os Vietnamitas acreditavam que a sua nação pequena e fraca (*nhuoc tieu*) seria aniquilada pelo colonialismo,

um sistema canibalesco de comer pessoas (*che do thuc dan*), e que a sua única chance de sobrevivência era lutar contra o adversário mais poderoso.[61] Entretanto, quando o Viet Minh começou uma insurreição contra os franceses, os formuladores de política dos EUA não viram suas ações como uma busca pela libertação nacional, mas como evidência da expansão comunista.[62]

O Presidente dos Estados Unidos Lyndon B. Johnson freqüentemente dizia para os visitantes da Casa Branca que se nós não tomássemos uma posição no Vietnã, algum dia teríamos que tomar uma posição no Havaí.[63] A incapacidade dos Estados Unidos de entender a narrativa cultural Vietnamita transformou um potencial aliado em um adversário motivado. Ho Chi Minh disse: "Você pode matar dez dos meus homens para cada um que eu mato dos seus. Mas mesmo com essas chances, você vai perder e eu vou ganhar."[64]

As organizações insurgentes no Iraque têm sido eficientes em fomentar as narrativas culturais preexistentes para gerar um sentimento antiimperialista. Os eventos atuais ressoam fortemente com a história das sucessivas invasões do território iraquiano, incluindo o saque de Bagdá pelo neto de Gengis Khan, Hulego, no século XIII, a invasão de Tamerlane de Samarkand em 1401 e, mais recentemente, o Mandato Britânico. Abu Hamza, um clérigo egípcio, descreveu o Presidente dos Estados Unidos George W. Bush como "o Gengis Khan deste século" e o Primeiro Ministro Britânico Tony Blair como "sua camareira," concluindo que "só temos dúvida de quando o nosso sangue vai ser derramado."[65] Capitalizando nesta narrativa de invasão e domínio estrangeiros, os grupos insurrecionais geraram e difundiram crenças que enfraquecem a Coalizão. Duas dessas noções são as de que a Coalizão pretende apropriar-se das reservas naturais do Iraque e que a América quer destruir o Islã. Infelizmente, algumas de nossas ações tendem a confirmar estas narrativas. Por exemplo, após o término das grandes operações de combate, a proteção de refinarias de petróleo, em vez dos museus de Bagdá, indicou aos iraquianos quais eram as prioridades dos Estados Unidos.[66]

Apesar do apelo geral da narrativa antiimperialista para a população iraquiana, a insurreição no Iraque não tem um centro ideológico. Devido às divisões étnico-religiosas da sociedade, o ressurgimento do tribalismo após a ocupação e a subseqüente erosão da identidade nacional, as organizações insurrecionais estão empregando ideologias que apelam somente ao seu próprio grupo étnico-religioso. Vários grupos insurrecionais árabes sunitas, por exemplo, sentem-se vulneráveis dentro do novo regime dominado pelos xiitas e prefeririam um governo sunita autoritário e secular. Outros insurretos árabes sunitas estão usando o islamismo extremista para recrutar e motivar seguidores.[67] Eles alegam que a natureza secular do regime baatista foi a raiz de toda a sua brutalidade e corrupção. Entre os xiitas, o Movimento Sadr emprega a narrativa do martírio do neto do Profeta, Imam Hussein, em Karbala em 681 d.C., como uma maneira de gerar resistência contra o partido baatista, contra formas de governo democráticas e seculares, e contra outros líderes árabes xiitas (como Al Hakim e Al Jafari) que são vistos como procuradores do Irã. Os xiitas interpretam que são perseguidos por se oporem às influências externas (incluindo a modernização, o capitalismo, o comunismo, o socialismo, o governo secular e a democracia) como martírio por fazerem a "escolha justa" exatamente como fez Imam Hussein.[68]

Para derrotar as narrativas insurrecionais, a Coalizão deve gerar fortes contra-narrativas. Infelizmente, os temas principais da Coalizão — liberdade e democracia — não repercutem muito bem perante a população. No Iraque, a liberdade é associada ao caos, que tem um significado muito negativo expressado no provérbio: É melhor mil anos de opressão do que um único dia de anarquia. A aversão ao caos político está fortemente embasada na realidade histórica: o único período de governo semidemocrático no Iraque, de 1921 até 1958, foi caracterizado por instabilidade social, política e econômica. O ceticismo iraquiano atual com respeito à necessidade de um governo democrático é acentuado pelas contínuas declarações de que o regime atual, o qual é bem caótico, é uma democracia. Depois de testemunhar o comportamento ilegal e desordenado, iraquianos ocasionalmente brincam: "Ah, então isso é democracia."[69]

A democracia também é problemática como uma ideologia eficaz porque o Islã é a base para os conceitos de governo e autoridade (apesar das opiniões seculares de muitos iraquianos). O conceito islâmico de soberania é alicerçado na

noção de que os seres humanos são meros executores dos desejos de Deus. Segundo o filósofo político islâmico Sayyid Abul A'la Maududi, "O Islã, do ponto de vista de uma filosofia política, é o extremo oposto da democracia secular ocidental. O Islã como um todo repudia a filosofia da soberania popular e edifica sua constituição na fundação da soberania de Deus e a vice-gerência (*khilafah*) do homem."[70]

Os Incentivos e Desincentivos Econômicos

Para ganhar o apoio da população, as forças de contra-insurreição devem criar incentivos para cooperar com o governo e desincentivos para se opor a ele. O Manual de Pequenas Guerras (*Small Wars Manual*) do Corpo dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos defende esta abordagem, enfatizando a importância de se enfocar no desenvolvimento social, econômico e político da população, mais do que na simples destruição material.[71] Embora as forças de contra-insurreição tenham uma capacidade financeira para utilizar incentivos e desincentivos econômicos maior do que as organizações insurrecionais, esta ferramenta da competição política não é usada tão freqüentemente quanto poderia.

Vietnã. O programa "Terra para o Agricultor" no Vietnã do Sul oferece um exemplo do uso eficiente de incentivos econômicos em uma contra-insurreição. A intenção do programa era desvalorizar o programa agrário dos Viet Cong e ganhar apoio político dos fazendeiros.[72] Diferente do simultâneo programa comunista de reforma agrária que oferecia somente direitos de propriedade provisórios, o programa transferia a verdadeira propriedade da terra para os camponeses. Entre 1970 e 1975, foram distribuídos títulos referentes a 1.136.705 hectares, aproximadamente 46 por cento dos hectares da colheita nacional de arroz.[73] O sistema de senhorio e locatário, que motivava muitos dos movimentos políticos agrários no Vietnã do Sul, foi eliminado. O programa "Terra para o Agricultor" enfraqueceu eficazmente o apoio para os Viet Cong atacando um dos principais princípios ideológicos comunistas (que o sistema capitalista prejudicava os camponeses) e por volta de 1975 reduziu dramaticamente o apoio para a insurgência no Vietnã do Sul.[74]

Angola. Os benefícios econômicos também foram componentes dos esforços da contra-insurreição portuguesa em Angola. Depois do começo do conflito, o governo português investiu no desenvolvimento industrial, elevando a produção anual de minério de ferro da Angola de 100.000 toneladas em 1957 para 15 milhões de toneladas em 1971.[75] Os portugueses também expandiram os serviços sociais: em 8 anos, o número de escolas primárias aumentou de 100.000 para 400.000. O Exército Português construiu escolas e forneceu professores em áreas onde não havia civis qualificados.[76] Estabelecendo clínicas móveis compostas por médicos do Exército, os portugueses foram capazes de satisfazer os padrões da Organização Mundial de Saúde ao fornecer os cuidados adequados a saúde por volta de 1970.[77]

O trabalho forçado foi abolido em 1961 junto com o requerimento de que os fazendeiros plantassem colheitas rentáveis, tais como a do algodão, para serem vendidas por preços controlados pelo estado. Programas como este, negavam as alegações das guerrilhas de que Portugal estava preocupado apenas com o bem-estar dos colonizadores brancos, e por volta de 1972, com a falta de um fundamento real para as suas alegações, as guerrilhas não puderam mais operar em Angola.

Malásia. As recompensas financeiras diretas para a rendição também podem ser usadas como incentivo. Durante a Emergência Malaia, ocorrida entre 1948 e 1960, os britânicos passaram a subornar os insurretos para se renderem ou para fornecerem informações levando à captura, eliminação ou rendição de outros insurretos. Os incentivos à rendição variavam. O preço pelo Presidente do Comitê Central era $28.000 dólares; por um líder de pelotão era $2.300 dólares e por um soldado $875 dólares. Pela rendição do líder guerrilheiro Hor Leung pagou-se mais de $400.000 dólares, não só pela sua própria rendição, como também pela de 28 dos seus comandantes e 132 dos seus infantes.[78] As declarações de insurretos que tinham aceito anistia eram transmitidas de aviões com alto-falantes sobrevoando a floresta para encorajar seus ex-camaradas a se renderem. Cerca de 70% daqueles que se renderam disseram que estas gravações contribuíram para a sua decisão. Durante os 12 anos da Emergência, as informações obtidas por meio do programa das recompensas resultaram na rendição total de 2.702

insurretos, 6.710 mortes e 1.287 capturas. Um observador chamou o programa de "a arma mais potente da propaganda na Emergência."[79]

Até hoje, os incentivos e desincentivos econômicos não foram usados eficientemente no Iraque. Embora a Coalizão e os seus parceiros iraquianos tenham prometido 60 bilhões de dólares para a reconstrução, a média dos iraquianos recebeu pouco benefício econômico. Nos anos fiscais 2003-2005, o governo dos Estados Unidos disponibilizou 24 bilhões para melhorar os sistemas de segurança e de justiça e a infra-estrutura de petróleo, eletricidade e água. Até maio de 2003, somente 9.6 bilhões de dólares tinham sido desembolsados para projetos.[80] As verbas dos Estados Unidos para recuperação da infra-estrutura foram canalizadas principalmente por intermédio de seis companhias de engenharia americanas. Os gastos destinados à segurança dos empregados foram bem mais inflacionados do que o esperado, reduziram a capacidade de transporte e dificultaram o término dos projetos pelos subempreiteiros iraquianos. Até março de 2005, dos 10 bilhões prometidos em empréstimos pela comunidade internacional e dos 3.6 milhões prometidos em concessões, o governo iraquiano acessou somente 436 milhões de dólares para alívio da dívida e 167 milhões de dólares em concessões.[81]

O conceito islâmico de soberania é alicerçado na noção de que os seres humanos são meros executores dos desejos de Deus.

O alto desemprego, a falta de serviços básicos e a pobreza generalizada estão fomentando a insurreição no Iraque. Atualmente, o índice de desemprego está estimado entre 28 a 40 por cento.[82] Em áreas árabes sunitas, no entanto, esses índices provavelmente são muito maiores, pois os sunitas trabalhavam no agora disperso aparato estatal baatista. Como resultado do colapso do sistema educacional iraquiano durante os 20 anos de guerra e sanções, um grande grupo de homens jovens, enfurecidos e semi-analfabetos, continua desempregado. Para estes jovens, trabalhar com organizações insurgentes é uma maneira eficaz de ganhar a vida. Segundo o General John Abizaid, a maioria dos casos de combate com tiro direto envolve homens muito jovens que foram pagos para atacar as tropas dos Estados Unidos. De fato, os leais baatistas administrando a insurreição pagam aos jovens iraquianos de $150.00 a $1.000 dólares por ataque — uma quantia considerável num país onde a média do orçamento doméstico mensal é inferior a $80 dólares.[83] No Iraque, onde a capacidade de um homem de sustentar a sua família é diretamente ligada à sua honra, a falta de pagamento nos dias combinados por parte das forças operacionais freqüentemente resulta em ataques armados. Um fuzileiro naval observou: "Se nós dizemos que vamos pagar, e não pagamos, ele vai pegar aquele *AK*."[84]

No Iraque, os incentivos econômicos poderiam ser usados para reduzir o apoio para a insurreição tanto pelo emprego de homens jovens em projetos de reconstrução da infra-estrutura em grande escala ou por meio de programas locais de desenvolvimento sustentável em pequena escala. Pode-se iniciar um desenvolvimento sustentável em pequena escala com a distribuição de 1,4 bilhão de dólares em bens iraquianos confiscados e orçamentos destinados pelo Programa de Resposta de Emergência dos Comandantes.[85] Tipicamente, os comandantes militares locais concedem ao Programa de Resposta de Emergência dos Comandantes pequenas quantias para cobrir às necessidades imediatas da comunidade. Todavia, as unidades militares precisam passar por uma significante burocracia para distribuírem fundos monetários, e freqüentemente não têm o conhecimento econômico necessário para selecionar projetos que provavelmente incentivariam o crescimento econômico sustentável local. Por ter uma economia petroleira, o Iraque é suscetível ao que é costumeiramente conhecido como a "Doença Holandesa", uma condição econômica que limita a capacidade das economias petroleiras de produzirem produtos a baixo custo resultando em uma economia baseada na indústria de serviços.[86] As verbas do Programa de Resposta de Emergência dos Comandantes deveriam ser gastos para desenvolver iniciativas locais em pequena escala, tais como lojas de chá, cabeleireiros e oficinas mecânicas, em vez de

Departamento de Defesa

Terceiristas iraquianos cortam material de construção destinados a uma clínica médica nos arredores de Erbil, Iraque. A clínica vai funcionar com os requisitos médicos principais para uma vizinhança suburbana nos arredores de Erbil. O Corpo de Engenheiros do Exército dos EUA inspeciona o projeto e trabalha diretamente com operários iraquianos e companhias empreiteiras. (20 de junho de 2005)

reconstruir fábricas, um elemento da economia controlada pelo estado de Saddam Hussein que não produzia bens para exportação.

A Autoridade Tradicional

A quarta ferramenta disponível para insurretos e contra-insurretos é a capacidade de influenciar a autoridade tradicional em uma determinada sociedade. Max Weber identifica três tipos principais de autoridade:

• A autoridade legal-racional, fundamentada na lei e contrato codificados em regras impessoais e comumente encontrados em sociedades capitalistas desenvolvidas.

• A autoridade carismática, exercida por líderes que desenvolvem alianças entre seus seguidores devido ao seu apelo ímpar, individual e carismático, seja ele ético, religioso, político ou social.

• A autoridade tradicional, usualmente conferida a uma linha hereditária ou a um determinado cargo por um poder mais alto.

A autoridade tradicional, a qual depende dos precedentes históricos, é o tipo mais comum de autoridade em sociedades não ocidentais.[87] Segundo George Ritzer, "A autoridade tradicional é baseada na reivindicação dos líderes e na crença por parte dos seguidores, de que há virtude na santidade das regras e poderes antigos."[88] O status e a honra são concedidos àqueles com autoridade tradicional e este status ajuda a manter o domínio. Em particular, formas de organização tribais e religiosas dependem da autoridade tradicional.

Especialmente nas áreas rurais, os personagens de autoridade tradicional exercem, em geral, poder suficiente para fomentar sozinhos uma insurreição. Por exemplo, durante a rebelião

islâmica de Dar'ul, de 1948 a 1961, contra o governo indonésio, muitos líderes islâmicos foram seqüestrados ou executados sem julgamento pelos militares indonésios. Um líder de uma aldeia descreveu que "a ira dos Ummat islâmicos na região de Limbangan pela perda do seu amado *bapak* (líder ou pai), foi naquela hora como uma enchente que não podia ser contida."[89] Depois de uma série de erros, os militares indonésios reconheceram a importância desses personagens de autoridade tradicional e começaram a usar uma combinação de programas de coerção e anistia para remover, aldeia por aldeia, o apoio ao islã de Dar'ul em Java Ocidental, finalmente derrotando a insurgência.[90]

As tribos tornaram-se as fontes de segurança física, bem-estar econômico, e identidade social. "Se você tem um acidente de carro, você não o resolve mais no judicial; mesmo se você mora na cidade, você o resolve na tribo."

Durante a Guerra do Vietnã, os grupos insurgentes valorizaram eficientemente as autoridades tradicionais. Depois que as forças de Viet Minh derrubaram os japoneses em um golpe sem derramamento de sangue em 1945, representantes oficiais viajaram até a capital imperial em Hué para exigir a abdicação do Imperador Bao Dai.[91] Confrontado com a perspectiva de perder o seu trono ou a sua vida, Bao Dai renunciou e presenteou Ho Chi Minh com a espada imperial e o selo sagrado, conferindo a ele o mandato divino (*thien minh*) — a forma máxima da autoridade tradicional.[92] Subseqüentemente, Ho governou o Vietnã como se ele também fosse um imperador, possuidor de um mandato divino, até mesmo imitando muitos dos signos e sinais da autoridade Vietnamita tradicional.[93] Como muitos sistemas políticos baseados no princípio da autoridade tradicional, o caráter do líder é de suma importância.[94] Dessa forma, Ho cultivou e projetou a conduta virtuosa de um homem superior (*quant u*) e enfatizou os requisitos tradicionais de talento e virtude (*tai duc*) necessários para a liderança.[95] Visto pela grande maioria como possuidor de um mandato divino e tendo liberado, por si só, o Vietnã dos franceses, Ho enfrentava uma oposição muito reduzida no Vietnã. Embora alguns oficiais generais dos Estados Unidos reconhecessem que muitos Vietnamitas consideravam o governo de Ngo Dinh Diem como ilegítimo, os ditames da política triunfaram sobre uma avaliação honesta do poder da autoridade tradicional no Vietnã, a qual teria deixado imediatamente aparente a futilidade do estabelecimento de um governo fantoche no Vietnã do Sul.[96]

No Iraque, o fracasso dos Estados Unidos em influenciar a autoridade tradicional dos xeques tribais prejudicou o estabelecimento de um governo legítimo e fomentou a insurgência. Em abril de 2003, a queda de Saddam Hussein criou um vácuo de poder, preenchido rapidamente pelas tribos ressurgentes, acostumadas com uma autonomia política e tribal. Um jovem líder tribal observou: "Nós seguimos o governo central. Mas, é claro que, se comunicações são cortadas entre nós e o centro, toda a autoridade vai reverter para o nosso xeque."[97] As tribos tornaram-se as fontes de segurança física, bem estar econômico, e identidade social. Pouco depois da queda do regime de Saddam Hussein, por exemplo, os líderes religiosos e tribais em Falluja nomearam o seu próprio conselho administrativo, preveniram saques e protegeram os edifícios governamentais.[98] Devido à incapacidade das Forças da Coalizão de restabelecer o sistema legal em todo o país, a lei tribal preencheu a omissão passando a ser o método empregado para resolver as disputas. De acordo com Wamidh Nadmih, um professor de Ciência Política na Universidade de Bagdá, "Se você tem um acidente de carro, você não o resolve mais na justiça; mesmo se você mora na cidade, você o resolve na tribo."[99]

Mesmo sem ser essa a intenção, a queda de Saddam Hussein trouxe de volta a sociedade tribal ao Iraque. Mas ironicamente, a política implícita da administração de Paul Bremer no Iraque parece ter sido a de abolir o sistema tribal. De acordo com um oficial do Exército dos Estados Unidos: "A atitude da Autoridade Interina da Coalizão foi a de que o nosso trabalho era liberar o indivíduo da tirania do

sistema tribal."[100] As tribos eram vistas como um anacronismo social que poderia apenas prejudicar o desenvolvimento da democracia no Iraque. De acordo com um oficial de maior escalão dos Estados Unidos: "Se é uma questão de frear o poder das tribos, então é preciso encontrar líderes tribais que possam operar em um ambiente pós-tribal."[101] A ansiedade motivando a política antitribal era, nas palavras de um oficial, a "habilidade de pessoas como os iranianos e outros de entrarem com o dinheiro e criarem senhores da guerra" favoráveis aos seus próprios interesses.[102] Como resultado, a oportunidade de influenciar a autoridade tradicional foi desperdiçada no Iraque. Embora os oficiais da inteligência militar do Exército Americano fizessem um acordo com as subtribos da província de Dulalimi na província de al-Anbar para proporcionar segurança, a Autoridade Interina da Coalizão rejeitou o acordo. Segundo um oficial, "tudo o que teria sido requerido da Autoridade Interina da Coalizão seria o reconhecimento formal de que as tribos existiam — e 3 milhões de dólares."[103]

Em vez de valorizar a autoridade tradicional das tribos, as Forças da Coalizão virtualmente as ignoraram, perdendo assim uma oportunidade de conter a insurreição. Segundo Adnan abu Odeh, um antigo consultor do falecido Rei Hussein da Jordânia, "Os xeques não têm o poder de parar completamente a resistência. Mas, poderiam certamente impedir o seu desenvolvimento, convencendo os membros das tribos de que é uma estratégia de derrotados ou eles poderiam ser subornados para capturar ou trair os membros da resistência."[104] A chave para assegurar o Iraque é tornar o apoio aos objetivos da Coalizão interessante para as tribos. Ali Shukri, também um consultor do falecido Rei e agora um membro da Faculdade *Saint Anthony* em Oxford, observa: "Há duas maneiras de controlar as tribos. Uma maneira é… continuamente atacando e matando. Mas se você os quer do seu lado, o que lhes dará? O que é vantajoso para eles? O fato de as tribos ainda estarem cooperando com os Estados Unidos é nada mais do que um casamento de conveniência. Elas poderiam estar fazendo muito mais — da noite para o dia, elas poderiam dar segurança aos americanos, mas em troca, vão querer mais dinheiro, armas e veículos."[105]

Além da Guerra

Segundo Clausewitz, "a guerra é meramente a continuação da política por outros meios" na qual os meios limitados são usados para fins políticos.[106] A Ordem Geral 100 de 1863 do Departamento de Guerra dos Estados Unidos (*U.S. War Department General Order 100*) estabelece que: "A destruição do inimigo em uma guerra moderna e, de fato, a própria guerra moderna, são meios para se obter o objetivo do beligerante, que se encontra além da guerra."[107] O objetivo que se encontra além da guerra é a restauração da ordem, a qual é particularmente essencial em uma contra-insurreição, onde a legitimidade do governo foi enfraquecida ou possivelmente destruída. O General Harold K. Johnson observou: "A força militar deve estar comprometida com o objetivo além da guerra em mente. Em termos gerais, o objetivo além da guerra deveria ser a restauração da estabilidade com um mínimo de destruição para que a sociedade e o governo legal possam prosseguir em uma atmosfera de justiça e ordem."[108]

A restauração da ordem civil no Iraque requer uma garantia de segurança, uma garantia de participação política e econômica, a reconstrução de instituições civis destruídas por décadas de repressão e desumanização, e a geração de uma ideologia nacional e um conjunto de símbolos em torno dos quais as pessoas sentirão orgulho de se organizar. As quatro ferramentas de competição política — força coerciva, ideologia, incentivo e desincentivo econômico e autoridade tradicional — podem ser empregadas nos níveis estratégicos, operacionais e táticos para alcançar os objetivos além da guerra. Mas, como qualquer outra contra-insurreição, o conflito no Iraque requer que tantos os soldados quanto os estadistas dêem um salto de imaginação. O sucesso depende da capacidade de nos colocarmos no lugar da população civil e perguntar: Como eu conseguiria segurança física e econômica se tivesse que viver nesta situação? Por que eu aceitaria a autoridade reivindicada pelos poderes vigentes? Nas palavras de Max Weber, "Quando e por que eu obedeceria?[109] ***MR***

Referências

1. WEBER, Max; "Politics as a Vocation," *De Max Weber: Essays in Sociology,* editores GERTH, H.H. e MILLS, C. Wright (Oxford: Oxford University Press, 1946), p. 78.

2. KITSON, Frank; *Bunch of Five* (Londres: Faber and Faber, 1977), p. 283.

3. O Manual (Provisório) de Campanha dos Estados Unidos 3-07.22, *Operações de Contra-insurreição* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 1º de Outubro de 2004), sec. 1-1.

4. Esta estrutura é parcialmente derivada de WEBER, Max. Veja "The Types of Authority and Imperative Coordination," em *The Theory of Social and Economic Organization* (Nova York: The Free Press, 1947), pp. 324-69, e "Politics as a Vocation," pp. 77-80.

5. SIMPKIN, Richard; *Race to the Swift: Thoughts on Twenty-First Century Warfare* (Londres: Brassey's Defence Publishers, 1985), p. 320.

6. PAGET, Julian; *Counter-Insurgency Campaigning* (Londres: Faber and Faber, 1967), pp. 163–64.

7. LARTEGUY, Jean; *The Centurions* (Nova York: E.P. Dutton & Company, 1961), p. 280.

8. A idéia de que uma contra-insurreição eficiente requer que as forças estatais espelhem seus adversários tem uma longa história. No começo da Segunda Guerra Mundial, a Grã Bretanha estabeleceu as Operações Especiais Executivas (*SOE*) para armar e treinar a resistência francesa. O Coronel Colin Gubbins, que tinha servido na Irlanda entre 1921 to 1922 e na Fronteira Norte-Oeste na década de 30, foi o primeiro Diretor de Operações e Treinamento das Operações Especiais Executivas. Segundo M.R.D Foot, Gubbins "viu as vantagens, na economia da vida e na eficiência do esforço, da guerrilha irlandesa e ambos determinaram que da próxima vez, [táticas de] guerrilha seriam usadas pelos britânicos em vez de contra eles" (FOOT, M.R.D "The IRA and the Origins of SOE," em *War and Society: Historical Essays in Honour and Memory of J.R.Western,* 1928-71, editor M.R.D. Foot [Londres: Pal Ellele, 1973]).

Operações e treinamentos das Operações Especiais Executivas, os quais foram diretamente baseados em estudos do Exército Republicano Irlandês (*IRA*), tornaram-se a base da doutrina contra-insurrecional no período pós-1945 e cimentou a fundação das Forças Especiais Britânicas. Veja BECKETT, Ian F.W. e PIMLOTT, John eds.; *Armed Forces and Modern Counter-Insurgency* (Londres e Sidney: Croom Helm, 1985), 17; JONES, Timothy Llewellyn; "The Development of British Counter-insurgency Polices and Doctrine, 1945-52" (Dissertação Doutoral, King's College, University of London, 1991), 47; COOKRIDGE, E.H.; *Inside SOE: The Story of Special Operations in Western Europe, 1940-45* (Londres: Arthur Baker, Ltd., 1966); Foot, p. 68.

9. Weber, "Politics as a Vocation," pp. 77-78.

10. BURTON, John W.; "The History of International Conflict Resolution," em *International Conflict Resolution: Theory and Practice,* editores Edward Azar e John W. Burton (Boulder, Colorado: Wheatsheaf Books, 1986), p.51.

11. LOUISE, Christopher; "The Social Impacts of Light Weapons Availability and Proliferation," *Journal of Humanitarian Assistance* (15 de Setembro de 1995), disponível em <www.jha.ac/articles/a004.htm>, acesso em 4 de outubro de 2005. Para uma discussão completa do conceito de segurança humana, veja o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, "New Dimensions of Human Security," *Human Development Report 1994* (Nova York: Oxford University Press, 1994), pp. 22-46.

12. PRISK, Courtney E.; "The Umbrella of Legitimacy," em *Uncomfortable Wars: Toward a New Paradigm of Low Intensity Conflict,* editor MANWARING, Max G. (Boulder, Colorado: Westview Press, 1991), p. 69.

13. MOCKAITIS, Thomas R.; *British Counterinsurgency, 1919-1960* (London: Mac-Millan, 1990), p. 37.

14. Os Regulamentos de Serviço de Campanha de 1923 postulam que o objetivo máximo de todas as operações militares é a destruição das forças armadas do inimigo e que resultados decisivos são obtidos apenas pela ofensiva. A preferência pelo uso de força ofensiva é encontrada continuamente no pensamento militar dos Estados Unidos, mais recentemente no Manual de Campanha (*FM*) 3-0, Operações (Washington, DC: GPO, Junho de 2001), vii, o qual diz: "A doutrina sustenta lutar em guerra como o foco primário do exército e reconhece que a habilidade das forças do Exército de dominar guerras terrestres também proporciona a habilidade para dominar qualquer situação em operações militares de não guerra." Veja também DARILEK, Richard e JOHNSON, David; "Occupation of Hostile Territory: History, Theory, Doctrine; Past and Future Practice" (ensaio apresentado no Future Warfare Seminar V, Carlisle, Pennsylvânia, 18 de Janeiro de 2005).

15. HORNE, Alistair; *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962* (Nova York: Penguin Books, 1977), p. 28.

16. THOMPSON, Loren B.; "Low-Intensity Conflict: An Overview," in *Low-Intensity Conflict: The Pattern of Warfare in the Modern World,* editor THOMPSON, L.B. (Lexington, Kentucky: Lexington Books, 1989), p. 4.

17. TOWNSHEND, Charles; *Britain's Civil Wars: Counterinsurgency in the Twentieth Century* (Londres: Faber and Faber, 1986), p. 59.

18. Correspondência do quartel-general, 23 de novembro de 1920, *Jeudwine Papers* pp. 72/82/2, Museu de Guerra Imperial, Londres.

19. JEFFERY, Keith; *The British Army and the Crisis of Empire, 1918-1922* (Inglaterra: Manchester University Press, 1984), p. 86. Margaret Thatcher ecoou este sentimento quando ela declarou durante as greves de fome do Exército Republicano Irlandês durante 1981 que "nós não negociaremos com terroristas."

20. ARTHUR, Max; *Northern Ireland: Soldiers Talking* (Londres: Sidgwick & Jackson, 1987), p. 73.

21. HAMILL, Desmond; *Pig in the Middle: The Army in Northern Ireland, 1969-1984* (Londres: Methuen, 1985), p. 93.

22. DEWAR, CEL Michael; entrevista de Montgomery McFate, Londres, novembro de 1994.

23. SORLEY, Lewis; "To Change a War: General Harold K. Johnson e o PROVN Study," *Parameters* (Primavera de 1998): pp. 93-109.

24. Gabinete do Subchefe do Estado-Maior dos Estados Unidos para Campanhas Militares, *A Program for the Pacification and Long-Term Development of Vietnam* (Washington, DC: U.S. Departamento do Exército, 1966), G-8.

25. HICKEY, Gerald C.; *Window on a War: An Anthropologist in the Vietnam Conflict* (Lubbock: Texas Tech University Press, 2002), p. 260. O *Long Range Program Plan* (*LRPP*) recebeu a tarefa de avaliar a estratégia dos Estados Unidos no Vietnã e projetar futuras estratégias baseadas em perspectives históricas, econômicas e sócio-psicológicas

26. SORLEY, pp. 93-109.

27. *Ibid*.,

28. Entrevistas de JACKSON, Andrea em Falluja, Iraque, Julho de 2005.

29. Charles Simpson, *Inside the Green Berets: The First Thirty Years* (Novato, Califórnia: Presidio Press, 1982), p. 62.

30. KREPINEVICH, JR., Andrew F.; "How to Win in Iraq," *Foreign Affairs* (September/ October 2005), disponível em: <www.foreignaffairs.org/20050901faessay84508/andrew-fkrepinevich-jr/how-to-win-in-iraq.html>, acesso em 4 de outubro de 2005. Krepinevich argúi que as forças dos Estados Unidos e do Iraque deveriam enfocar em áreas-chave e gradualmente expandir o esforço, no que ele refere como a "estratégia da mancha de petróleo."

31. WESTMORELAND, Gen William C.; *A Soldier Reports* (Garden City, NY: Doubleday, 1976), pp. 164-65.

32. Entrevista a MCFATE, Montgomery; Fort Leavenworth, Kansas, dezembro de 2005.

33. CASSIDY, Robert M.; "Back to the Street without Joy: Counterinsurgency Lessons from Vietnam and Other Small Wars," *Parameters* (Summer 2004): pp. 73-83, disponível em <http://carlisle-www.army.mil/usawc/Parameters/04summer/cassidy.htm>, acesso em 4 de outubro de 2005.

34. STUBBS, Richard; *Hearts and Minds in Guerrilla Warfare: The Malayan Emergency, 1948-1960* (Singapura: Oxford University Press, 1989), pp. 155-64.

35. KNIGHTS, Michael; "Lessons from Mosul," *PolicyWatch #950,* 27 de janeiro de 2005. Disponível em <www.washingtoninstitute.org/templateC05.php?CID=2245>, acesso em 4 de outubro 2005.

Começando em janeiro de 2004, a força dos Estados Unidos na província de Nineveh foi reduzida para 8,700 homens da Força-Tarefa Olympia (construída da Equipe de Combate de Brigada *Stryker*) [*Stryker Brigade Combat Team*], com uma comensurável perda de segurança, de mentores, e de capacidade do programa *Commanders Emergency Response Program* (*CERP*).

36. LASSETER, Tom; "Iraqi Forces May Need Years of Preparation," *Mercury News*, 26 de agosto de 2005.

37. Entrevista a Jackson, Andréa; Bagdá, Baquba, Falluja, Ramadi, Samara, Basra, e Hilla, novembro de 2003 até agosto de 2005.

38. OPPEL, JR., Richard A.; "A New Police Force Emerges From Mosul's Chaos," *New York Times,* 17 de agosto de 2005.

39. Entrevista a JACKSON, Andréa; Província de Diyala, Iraque, novembro de 2003 até abril de 2005.

40. A Brigada Badr é a milícia do Conselho Supremo da Revolução Islâmico no Iraque (*SCIRI*), uma das organizações mais poderosas dentro da governante Aliança Iraquiana Unida. O governo iraniano fundou o Conselho Supremo da Revolução Islâmica no Iraque em 1980 como uma organização de cobertura para organizações árabes sunitas que miram derrubar o regime baatista. A Brigada Badr foi treinada pelos militares iranianos e lutou no lado do Iran durante a Guerra entre o Irã e o Iraque. Muitos iraquianos, incluindo muitos árabes xiitas, vêem os laços do Conselho Supremo da Revolução Islâmica no Iraque com o governo iraniano com suspeita. Os *Peshmerga* são forças paramilitares associadas com dois grandes partidos políticos tribais (o Partido Democrático Curdo e a União Patriótica do Curdistão) baseados em territórios curdos.

41. Entrevistas a JACKSON, Andrea Falluja; Iraque, julho de 2005.

42. LASSETER, "Iraqi Forces May Need Years of Preparation."

43. Por exemplo, veja BOUDON, Lawrence; "Guerrillas and the State: The Role of the State in the Colombian Peace Process," em *Journal of Latin American Studies,* vol. 28, no. 2 (maio de 1996): pp. 279-97.

44. PROTHERO, P. Mitchell; "Iraqi Guerillas: 'Why We Fight," *United Press International*, 4 de dezembro de 2003.

45. O Exército Mehdi é uma organização paramilitar composta grandemente de xiitas pobres e sem instrução que são seguidores de Muqtada al Sadr, um iraquiano nacionalista que acha que os árabes xiitas devem governar o Iraque e dominar o relacionamento com o Irã. Durante o regime de Saddam Hussein, a família Sadr liderou uma insurgência dentro do Iraque com o objetivo de substituí-la com a governamento dos clérigos xiitas. Depois da Operação *Iraq Freedom*, Sadr, que não foi incluído nos governos interinos, tem lutado continuamente contra as Forças da Coalizão e não está participando no novo governo; ele está engajado em um grande conflito com os membros da Aliança Iraquiana Unida pela liderança da população xiita no Iraque.

46. MAHDI, Omer; "Under US Noses, Brutal Insurgents Rule Sunni Citadel," *The Guardian,* Londres, 22 de agosto de 2005.

47. KNICKMEYER, Ellen e FINER, Jonathan; "Insurgents Assert Control Over Town Near Syrian Border," *Washington Post, 6 de setembro de* 2005, A20.

48. LASSETER, "Iraqi Forces May Need Years of Preparation."

49. Entrevista de JACKSON, Andréa; Diyala Province.

50. KITSON, p. 290.

51. THOMAS, Evan; NORDLAND, Rod e CARYL, Christian; "Operation Hearts and Minds" *Newsweek*, 29 de dezembro/5 de janeiro 2003, disponível em <www.msnbc.msn.com/id/3771204/>, acesso em 4 de outubro de 2005.

52. HOFFER,Eric; *The True Believer: Thoughts on the Nature of Mass Movements* (Nova York: Harper and Row, 1951).

53. *Ibid*., p. 41.

54. POLKINGHORNE, D.E.; *Narrative Knowing and the Human Sciences* (Nova York: State University of New York Press, 1988), p. 3. Teoria da narrativa é freqüentemente usada para entender a construção de etnia histórica. Veja LABOV, W.; "Some Further Steps in Narrative Analysis," in *Journal of Narrative and Life History,* p. 7 (1997); WHITE, Hayden V.; *Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987).

55. POLKINGHORNE, p. 135.

56. VLAHOS, Michael; *Terror's Mask: Insurgency Within Islam* (Baltimore, Maryland: Joint Warfare Analysis Department, Applied Physics Laboratory, Johns Hopkins University, maio de 2002).

57. *Ibid*., p. 54.

58. Veja também a teoria da "Guerra Cósmica" de JUERGENSMEYER, Mark; em *Terror in the Mind of God: The Global Rise of Religious Violence,* 3ª edição. (Berkeley, Califórnia: University of California Press, 2003).

59. CASEBEER, William D.; e RUSSELL, James A.; "Storytelling and Terrorism: Towards a Comprehensive 'Counter-Narrative' Strategy," *Strategic Insights* (março de 2005).

60. MINH, Ho Chi; "Letter from Abroad," in *Ho Chi Minh on Revolution: Selected Writings, 1920-1966,* editor FALL, Bernard (New York: Signet, 1968), pp. 32-34.

61. HUE-TAM, Ho Tai; *Radicalism and the Origins of the Vietnamese Revolution* (Cambridge: Harvard University Press, 1992), pp. 4-5. Ironicamente, os vietnamitas basearam a sua luta na Revolução Americana. No dia 2 de setembro de 1945, Ho Chi Minh proclamou independência com as palavras: "Todos os homens são criados iguais. Eles são dotados pelo seu Criador com certos direitos inalienáveis; entre estes estão a Vida, Liberdade, e a procura da Felicidade." Veja Ho Chi Minh, "Declaration of Independence of the Democratic Republic of Viet-Nam," em *Ho Chi Minh on Revolution*, pp. 141-43, disponível em <www.mtholyoke.edu/acad/intrel/vietdec.htm>, acesso em 4 de outubro de 2005. Ho genuinamente acreditava que os Estados Unidos apoiariam a libertação vietnamita e abordou o Presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson em Versailles na França; escreveu cartas para o Presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman buscando assistência e aceitou assistência militar do Gabinete dos Serviços Estratégicos (*Office of Strategic Services*) para lutar contra os japoneses; ordenou os Viet Minh a ajudarem o resgate de pilotos dos Estados Unidos derrubados por trás das linhas japonesas e ofereceu bases navais no Vietnã para os Estados Unidos.

62. A base para a estratégia da retenção comunista foi o ensaio de KENNAN, George F. (escrevendo como X); "The Sources of Soviet Conduct," *Foreign Affairs* (julho de 1947), disponível em <www.foreignaffairs.org/19470701faessay25403/x/the-sources-of-sovietconduct.html>, acesso em 4 de outubro de 2005.

63. FROMKIN, David e Chace, James; "Vietnam: The Retrospect: What are the Lessons of Vietnam?" *Foreign Affairs* (Primavera de 1985), disponível em <www.foreignaffairs.org/19850301faessay8426-p20/david-fromkin-james-chace/vietnam-the-retrospectwhat-are-the-lessons-of-vietnam.html>, acesso em 4 de outubro de 2005.

64. KARNOW,Stanley; *Vietnam: A History* (New York: Viking Press, 1983), p. 169.

65. "Britain Revokes Citizenship of Cleric," *Associated Press*, 5 de abril de 2003, disponível em <www.jsonline.com/news/intl/ap/apr03/ap-britain radical040503.asp>, acesso em 4 de outubro de 2005.

66. FATANI, Afnan Hussein; "The Money or Your Lives: Wild West in Iraq," *Arab View*, disponível em <www.arabview.com/articles.asp?article=244>, acesso em 4 de outubro de 2005; CHANCELLOR, Alexander; "Barbarians at the gates," *The Guardian*, Londres, 26 de abril de 2003.

67. BARAM, Amatzia; "Who are the Iraqi Insurgents?" Relatório 134 do Instituto da Paz dos Estados Unidos (*United States Institute of Peace Report*), Washington, D.C., abril de 2005.

68. Seguindo a morte de Maomé em 632, uma divisão emergiu na comunidade islâmica entre os xiitas, que apoiavam Ali (primo e cunhado de Maomé) como califa e os sunitas, que apoiavam Muawiyah (o governador da Síria e o primo do assassinado Terceiro Califa Uthman) depois que ele reinvidicou o califado. Segundo os termos da arbitração sobre a sucessão, o neto Hussein do profeta concordou em adiar sua reivindicação ao califado até a morte de Muawiyah. Quando Muawiyah morreu, no entanto, ele nomeou seu filho Yazid como sucessor. Hussein e seus seguidores foram derrotados pelo exército de Yazid's army em Karbala em 680. Antes de Hussein ir à Karbala ele disse: "Se o mundo conta como uma das coisas mais preciosas, mesmo assim a recompensa da residência de Deus (isto é, o paraíso) é mais alta e mais nobre. E se corpos são feitos para a morte, então a morte de um homem pela espada no caminho de Deus é uma chance melhor." Desde a batalha de Karbala, os xiitas consideram o martírio na luta contra a injustiça como a forma mais alta da nobreza espiritual. (Ver Manochehr Dorraj, "Symbolic and Utilitarian Political Value of a Tradition: Martyrdom in the Iranian Political Culture," *The Review of Politics,* vol. 59, no. 3, *Non-Western Political Thought* (Verão de 1997): p.494.)

69. Entrevista a JACKSON, Andrea; Bagdá, Baquba, Falluja, Ramadi, Samara, Basra and Hilla, novembro de 2003 até agosto de 2005.

70. MAWDUDI, Abu'l A'la; "Political Theory of Islam," em *Islam: Its Meaning and Message,* editor AHMAD, Khurshid (Londres: Islamic Council of Europe, 1976), pp. 159-61. Muitas tentativas foram feitas para fazer a democracia e a herança islâmica compatíveis. Muitas diretrizes islâmicas para comportamento social e político, tal como

o conceito de consulta (*shurah*) and consenso (*ijma*), poderiam ser usadas como o alicerce para a democracia islâmica. Veja ESPOSITO, John L. e VOLL, John O.; *Islam and Democracy* (Nova York: Oxford University Press, 1996), pp. 23-28.

71. Manual do Corpo dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, *Small Wars Manual* (Washington: General Printing Office, 1940), pp.1-1 até 1-31; BOOT, Max "A Century of Small Wars Shows They Can be Won," *New York Times Week in Review,* 6 de julho de 2003.

72. CALLISON, Charles Stewart; *Land-to-the-Tiller in the Mekong Delta: Economic, Social and Political Effects of Land Reform in Four Villages of South Vietnam* (Lanham, MD: University Press of America and the Regents of the University of California, 1983), p. 86.

73. CALLISON, p. 327.

74. *Ibid*., p. 366.

75. NEWITT, Malyn; *Portugal in Africa: The Last Hundred Years* (Londres: C. Hurst & Co., 1981), pp. 237-38.

76. CANN, John P.; *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War,1961-1974* (Westport, CT: Greenwood Press, 1997), pp. 145-48.

77. NEWITT, pp. 238-39.

78. KOMER, R.W.; *The Malayan Emergency in Retrospect* (Novato, CA: RAND, 1972), p. 73.

79. *Ibid*., pp. 72-75.

80. Gabinete chamado United States Government Accountability Office (*USGAO*), *Rebuilding Iraq: Status of Funding and Reconstruction Efforts* (Washington, DC: GPO, julho de 2005), pp. 6-16

81. *Ibid.*, p. 14.

82. *The Iraq Index: Tracking Variables of Reconstruction and Security in Post-Saddam Iraq* (Washington, D.C., The Brookings Institution, maio de 2005), p. 26. A grande oscilação da estimativa de março de 2005 é o resultado da presença de um grande mercado cinza e negro, de um grande número de donas de casa, de pagamento de salários a empregados de iniciativas que não funcionam mais e que são propriedade do estado, e do número de pessoas com múltiplos empregos.

83. DILLON, Dana e PARHAM, Melissa; "The Iraqi Mafia: An Evolving Insurgency," *National Review Online,* 15 de janeiro de 2004, disponível em <www.nationalreview.com/script/printpagep?ref=/comment/dillon-parham200401150820.asp>, acesso em 4 de outubro de 2005.

84. MCFATE, Montgomery e JACKSON, Andréa; Grupos de enfoque do Corpo dos Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, Camp Pendleton, Califórnia, 2004.

85. *USGAO*, p. 14.

86. Enquanto as exportações de petróleo aumentam, a moeda dos países exportadores de petróleo inflaciona. Enquanto o custo da moeda do país se torna mais alto, também se tornam mais altos os salários no país com relação ao resto do mundo. O custo relativo das mercadorias produzidas em uma economia petroleira excede o custo daquela produzida em estados não petroleiros. As economias petroleiras, então, tendem a exportar apenas petróleo e a importar bens de consumo. A maior parte de suas atividades fora do setor petroleiro estão enfocadas nos serviços (os quais podem apenas ser produzidos localmente).

87. COSER, Lewis A.; *Masters of Sociological Thought: Ideas in Historical and Social Context* (Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977).

88. RITZER, George; *Sociological Theory* (New York: McGraw-Hill, p.132).

89. JACKSON, Karl D.; "Post-Colonial Rebellion and Counter-Insurgency in Southeast Asia" em *Governments and Rebellions in Southeast Asia,* editor Chandran Jesrun (Singapura: Institute of Southeast Asian Studies, 1985), p. 25.

90. *Ibid*., pp. 27-28.

91. PIKE, Douglas; *History of Vietnamese Communism* (Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1966), p. 52.

92. MCALISTER, John T.; e MUS, Paul; *The Vietnamese and Their Revolution* (Nova York: Harper & Row Publishers, 1970), p. 67.

93. DECARO, Peter A.; "Ho Chi Minh's Rhetoric for Revolution," *American Communication Journal* (junho de 2000), disponível em <http://acjournal.org/holdings/vol3/Iss3/spec1/decaro.html>, acesso em 4 de outubro de 2005.

94. DALLOZ, Jacques; *The War In Indo-China 1945-54* (Dublin: Gill e Macmillan, 1987), p. 50; VAN CHI, Hoang; *From Colonialism to Communism: A Case History of North Vietnam* (Nova York: Frederick A. Praeger, 1964), p. 33.

95. WOODSIDE, Alexander B.; *Community and Revolution in Modern Vietnam* (Boston: Houghton Miffin, 1976), p. 97; *Vietnam: A Country Study* (Washington, DC: Library of Congress). Veja *Country Studies, Vietnam, Political Culture*, disponível em <http://countrystudies.us/vietnam/55.htm>, acesso em 4 de outubro de 2005.

96. O Presidente dos Estados Unidos Dwight D. Eisenhower mandou o Gen J. Lawton Collins à Saigon como seu representante oficial. Collins consistentemente aconselhou a Casa Branca à abandonar o repressivo regime de Diem. Veja BUZZANCO, Robert; *Vietnam and the Transformation of American Life* (Malden, Massachusets: Blackwell Publishers, 1999).

97. LIU, Melina; "The Will of the Tribes," *Newsweek,* 17 de março de 2003, p.31.

98. ROSEN, Niv "Home Rule: A Dangerous Excursion into the Heart of the Sunni Opposition," *The New Yorker,* 5 de julho de 2004.

99. CHANDRASEKARAN, Rajiv; "Iraqi Wild Card: Tribal Loyalties Hard to Predict," *Washington Post Foreign Service,* 19 de Janeiro de 2003, A01.

100. Entrevista com McFate, Montgomery; Forte Leavenworth, Kansas, setembro de 2005.

101. MCGEOUGH, Paul; "In the Sheiks' Hands," *Sydney Morning Herald,* 10 de novembro de 2003.

102. DeYOUNG, Karen e SLEVIN, Peter; "Full U.S. Control Planned for Iraq," *Washington Post,* 21de fevereiro de 2003, A01.

103. KLEIN, Joe; "Saddam's Revenge," *Time Magazine,* 26 de setembro de 2005.

104. McGEOUGH.

105. *Ibid*.

106. CLAUSEWITZ, Carl von; *On War* (Nova Jersey: Princeton University Press, 1976), p. 87.

107. Ordens do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, *General Orders* 100, The Lieber Code, 24 de abril de 1863. See "The Lieber Code of 1863," disponível em <www.civilwarhome.com/liebercode.htm>, acesso em 4 de outubro de 2005.

108. SORLEY, Lewis "To Change a War: General Harold K. Johnson and the PROVN Study," *Parameters* (Primavera de 1998).

A Dra Montgomery McFate é membro do corpo de pesquisa do Programa de Análise de Guerra Combinada do Instituto de Análises de Defesa na Alexandria, Virginia. Foi membro da Sociedade Americana para o Avanço da Ciência de Defesa no Gabinete de Pesquisa Naval da Marinha dos Estados Unidos. Ela recebeu os títulos de Bacharel pela University of California in Berkeley, *o de Ph.D. em Antropologia Cultural pela Universidade de Yale, e o de Doutora em Jurisprudência pela Faculdade de Direito de Harvard. Ela tem escrito para os* Journal of Conflict Studies, California Western International Law Journal *e* Joint Forces Quarterly. *Os seus artigos* "*Antropologia e Contra-Insurreição: A Estranha História desse Curioso Relacionamento*" *e* "*Iraque: O Contexto Social de Explosivos Improvisados*" *foram publicados nas edições brasileiras de Maio-Junho e Setembro-Outubro de 2005 respectivamente, da* Military Review.

Andrea Jackson, graduada pela Johns Hopkins School of Advanced International Studies *e Diretora de Pesquisa e Treinamento do* Lincoln Group, *realiza pesquisas nas áreas de combate e proporciona treinamento, presencial e a distância, para analistas da Agência de Inteligência de Defesa e para as unidades do Exército e dos Fuzileiros Navais americanos no Iraque. Anteriormente, ela administrou programas de treinamento na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo. Ela é co-autora com Montgomery McFate do artigo "Uma Solução Organizacional para as Necessidades de Conhecimento Cultural do Departamento de Defesa," publicado na edição brasileira de Novembro-Dezembro de 2005, da* Military Review.